

Diretores de centro falam sobre aposentadoria de Jader

Os diretores disseram o que pensam do veto ao voto dos aposentados e como vêm a permanência no cargo de um reitor que se aposentou. As opiniões são variadas, mas a maioria, ou o diz claramente ou dá a entender, é contrária e ficou entre o perplexa e o indignada com a forma como o reitor conduziu o processo, não consultando sequer os assessores mais próximos e alegando legalidade e questão pessoal para justificar o ato. PÁGINAS 4 E 5.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

ADUF vai realizar debate com parlamentares

PÁGINA 2



Parque gráfico da UFPB: imagem do abandono

Prejuízo com fraude do PSS foi de R\$ 570 mil

Se as provas do PSS fossem impressas na gráfica da UFPB, será que teria ocorrido a fraude? É uma pergunta fácil de responder: não. Mas o diretor da Editora Universitária acha que a desativação do parque gráfico não tem importância. O que vale é manter a editora, e deixar os serviços gráficos a cargo de empresas privadas. Mesmo que isso possa representar um prejuízo de R\$ 570 mil para a instituição, além do prejuízo moral - esse incalculável.

Página 3.

PÁG. EDITORIAL:

2 Tempo de mobilização

PÁG. Confira a prestação de contas de janeiro a março de 2003

PÁG. Prefeitura acha normal número de furtos na UFPB

ADUFPB CONTESTA NA JUSTIÇA AÇÃO DE ADVOGADOS. PÁGINA 7

editorial

Tempo de mobilização

Estranho momento. Os funcionários públicos federais voltam a ser a "Geni", alvo das pedras e outros elementos mais por parte do Governo Federal. A diferença reside no fato de que, até bem pouco tempo atrás, os aguerridos defensores das reformas eram contrários à tanga no bolso dos aposentados, a um teto salarial para aposentadoria fixado em R\$ 2.400,00, dentre outras questões.

Ainda não fomos chamados de "vagabundos", diretamente, embora o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, não canse de deixar correr solta a confusão que separa os poucos aposentados de gordas aposentadorias e a imensa maioria de aposentados do serviço público, que mal conseguem chegar ao fim do mês, apesar da aposentadoria integral.

E no plano dos reajustes salariais? Alguém lembra que os deputados petistas defendiam reajuste para os servidores públicos, hoje fixado na casa de 46%? Tivemos 1% dos quatro previstos no orçamento deixado por FHC. Onde anda a vontade política dos velhos petistas, que faziam coro com os funcionários públicos por reajuste? São oito anos sem qualquer empate ou ganho salarial. O que o atual Governo promete é avançar ainda mais na retirada de direitos conquistados pelos funcionários públicos.

O fato é que entramos na Era Lula com as velhas propostas de FHC. Também já se sabe, da boca do próprio presidente da República, que boa parte do que o PT falava quando oposição não passava de "bravata". Resta-nos saber, então, com quem podemos contar.

Mas não pense na CUT. Esta já está sendo domesticada desde FHC. Meneguelli e Vicentinho são deputados do PT. O atual presidente, João Felício, integra o mesmo grupo político de seus antecessores. Triste sina.

Urge uma intensa mobilização. Por exemplo, a preparação de outdoors com a cara de deputados petistas e outros que apoiarem as reformas que subtraem direitos dos servidores públicos e acenam para a efetivação da previdência privada. Se, no passado, fomos capazes de ganhar batalhas junto à opinião pública, podemos vencer mais esta.

A Diretoria.

Reforma da previdência vai ser discutida por parlamentares

A ADUFPB vai promover no dia 30 de maio próximo um amplo debate sobre a reforma da previdência pretendida pelo governo federal. O debate será no auditório da reitoria, às 10 horas, e contará com a participação da deputada Jandira Feghali, do Pcdob do Rio de Janeiro, uma das maiores autoridades em previdência social no Brasil, do deputado José Pimentel (PT-CE), relator do projeto de reforma da previdência, e do deputado Luiz Couto (PT-PB).

Serão convidados a participar representantes da CUT e de sindicatos com atuação em João Pessoa.

O presidente da ADUF, Iedo Leite Fontes, estará em Brasília nos dias 8 e 9 próximos, para participar da plenária dos servidores públicos que vai discutir a reforma previdenciária.



Jandira Feghali, um dos debatedores

Alerta aos trabalhadores

Tão logo o projeto seja votado a ADUFPB pretende desenvolver campanhas em outdoor e os outros meios de comunicação para divulgar os nomes e os partidos de todos os parlamentares que votarem contra os direitos dos trabalhadores, como o desconto previdenciário para os aposentados e o teto máximo.

PARA SABER MAIS

Outras informações sobre a reforma da Previdência podem ser encontradas no site da ADUF (www.adufpbjp.com.br)

Diretora representou a ADUFPB no Fórum de Educação

A ADUFPB esteve representada no Fórum Mundial de Educação (FME), que se realizou em Porto Alegre (RS), de 19 a 23 de janeiro último, pela professora Terezinha Diniz, titular da Diretoria de Assuntos de Aposentadoria. Em sua estada na capital gaúcha, a professora participou, também, do Fórum Social Mundial (FSM), ocorrido de 23 a 28 do mesmo mês.

O tema central da segunda edição do FME, Educação e transformação: a escola pública na construção de um outro mundo possível, foi debatido por educadores, sindicalistas, estudantes e pesquisadores, que buscaram alternativas contra a comercialização

da educação.

Conferencistas do mundo inteiro, como Marina Subirats (Espanha), Steve Stoeer (Portugal), Pablo Gentili (Brasil), Kailash Satyarthi (Índia), Fernando Rodal (Uruguai), Rosa Maria Torres (Equador), Mohit Mukherje (Coréia), Maria Fernanda Pontífice (São Tomé e Príncipe), dentre vários outros, discutiram temas como A cidade e a educação, A construção social do conhecimento e Projeto político e Projeto pedagógico, levando os participantes a uma reflexão sobre os mais variados assuntos que dizem respeito à educação e aos educadores.

Fraude do PSS

Ninguém ainda foi punido por prejuízo de R\$ 570 mil à UFPB

Os atropelos causados pela contratação de gráficas particulares para impressão das provas do INSS vão do prejuízo com a fraude do PSS, estimado pela Coperve em R\$ 570 mil, a danos irreparáveis à imagem da UFPB como instituição até então inatacável. Quem arcou, até agora, com o ônus financeiro foi a própria Coperve, que teve que realizar novas provas para a terceira série. Até agora, também, ninguém foi punido, embora quatro pessoas tenham sido indiciadas: três professores de cursinho e um funcionário da Gráfica JB, onde as provas foram impressas.

Com o dinheiro do prejuízo seria possível amenizar problemas de espaço físico enfrentados por alguns cursos da UFPB: ambiente para professores, laboratórios desequipados e biblioteca desatualizada. Com os R\$ 570 mil a UFPB poderia construir quatro blocos de salas de aula semelhantes ao do Departamento de Educação Física, que custou cerca de R\$ 150 mil. Os diretores da ADUFPB entendem que a trapalhada causada pelo vazamento de cópias de provas do PSS poderia ser evitada se as provas tivessem sido impressas na própria instituição.

Judicialmente, a Universidade ainda não tomou providências. De acordo com o procurador geral Gil Messias isso só vai ser possível quando a Procuradoria receber o relatório final da investigação, sob responsabilidade da Polícia Federal. O delegado Gustavo Ferraz Gominho disse que aguarda a informação do Banco Central sobre a movimentação financeira dos indiciados para dar prosseguimento ao inquérito.

O procurador garante que a UFPB vai ajuizar uma ação de indenização por danos morais e materiais contra os responsáveis pela fraude, inclusive a gráfica, que segundo ele se responsabilizou pelo sigilo em relação ao conteúdo das provas mas não garantiu esse sigilo.

Gustavo Gominho disse que foi pedida a quebra de sigilo bancário dos acusados, para checar se houve pagamento pelo "serviço" - e quem pagou. Tão logo a PF tenha em mãos esses dados será feito o cruzamento das informações e o inquérito será concluído.

O que se espera é que tudo isso ocorra o mais rápido possível e que haja realmente punição para quem provocou tão graves danos. Ressarcimento, se houver, será apenas do dano material, porque, o dano moral, esse não há dinheiro que pague.

GRÁFICA UNIVERSITÁRIA



Sem imprimir livros, a gráfica da UFPB está sendo subutilizada e sucateada

Diretor diz que desativação de parque gráfico é natural

Embora garantindo que a Gráfica Universitária continua funcionando parcialmente, o diretor David Fernandes justifica a desativação do parque gráfico da UFPB como um fato natural, consequência da falta de investimento na aquisição de novas máquinas e da paulatina perda de pessoal especializado, desde 1996. Além disso, segundo ele, há uma tendência das editoras universitárias de se dedicarem cada vez mais à editoração propriamente dita, deixando a impressão a cargo de empresas terceirizadas.

O problema reside na improvisação, marcante em algumas medidas da Reitoria e da administração da gráfica e editora. Até hoje não se sabe quanto custou à Instituição a aventura de ter alugado uma máquina copiadora "que imprimia milhares de livros em horas". Faltam as informações sobre estes valores e a relação custo-benefício da empreitada. Da mesma forma faltam, se é que existem, informações, regras para publicação antes e depois da separação da gráfica da Editora e número de livros já publicados nas gestões Neroaldo Pontes e Jader Nunes.

A diretoria da ADUFPB solicitou

ao diretor da Gráfica e Editora informações, no dia 7 de abril, sobre valores pagos pelo aluguel da copiadora, número de livros já publicados em sua gestão e regras para publicação de livros, mas até a dia 28 de abril nenhuma resposta havia chegado à ADUFPB.

Atualmente, de acordo com o diretor, a UFPB utiliza os serviços de diversas gráficas locais, como a Arpoador, a Borges, a JB e a Santa Marta, de acordo com a que vencer a licitação para execução dos serviços. Para o diretor, José David "o que importa é a Editora, imprimir livros". Para ele, com a terceirização, "vai sair mais barato".

Na verdade, o que se lamenta é que um setor que já prestou tantos e importantes serviços à comunidade universitária, como a gráfica da UFPB, tenha se transformado numa sucata ao longo dos anos. A ADUFPB, sempre atenta ao que se passa no âmbito da nossa Universidade, lamenta que as coisas tenham chegado a esse ponto, principalmente quando se constata o quão vulnerável se tornou a impressão das provas do vestibular depois que o serviço ficou a cargo de gráficas particulares.

APOSENTADORIA DO REITOR

ADUFPB ouve opinião de diretores de centro sobre polêmica

O pedido de aposentadoria do professor Jader Nunes, sem que se despedisse do cargo de reitor, despertou uma série de contradições no meio acadêmico. Depois de propor Resolução onde os aposentados foram excluídos do processo eleitoral, Jader adota a fórmula "faça o que eu mando e não faça o que eu faço" e abre polêmica na comunidade universitária. Em um momento delicado, onde os funcionários públicos vol-

tam a ser ameaçados pelas Reformas da Previdência FHC/Lula, o ato do reitor provocou uma corrida massiva aos pedidos de aposentadoria.

Mais que assustar os professores com a medida auto adotada, Jader Nunes, não conseguiu fazer a devida separação entre público e privado: alegou problemas pessoais como justificativa para o ato, mas manteve-se escorado em um parecer da esfera pública para

agarrar-se ao cargo.

Informações publicadas no jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 01 março, dão conta de que a medida adotada por pouco mais de tres reitores visa pura e simplesmente recheiar o contra-cheque com o valor integral da gratificação para aos detentores do cargo, hoje fixada em aproximadamente R\$ 5. 400 reais, adicionados ao salário de professor aposentado.

'Sou contra e fiquei indignado'

Umbelino de Freitas Neto (CCEN)

Acho que devem ter direito a voto professores aposentados que prestam serviço voluntário à Universidade e os que atuam como professores visitantes, porque estão participando ativamente da vida da Universidade. Os que se aposentam e por opção se afastam da vida acadêmica, são um caso à parte e que precisa ser pensado com mais carinho. Talvez se pudesse avaliar a partir daqueles que estão participando, por exemplo, da ADUF. Quanto à aposentadoria do reitor, trata-se de uma questão delicada, e é preciso ir por partes. Em primeiro lugar, é uma questão ética ou política? Quando da discussão da mudança do estatuto, quando foi recolocada a reeleição para reitor e para os demais cargos eletivos na Universidade, o voto dos aposentados foi vetado sem uma discussão profunda. Não se discutiu, sequer, o caso dos voluntários e visitantes. O que prevaleceu é que o aposentado, em não votando, não podia ser votado. Assim sendo, se não pode ser eleito, como pode pretender ficar no cargo após se aposentar? Eu, sinceramente, não faria isso. Se fosse me aposentar, primeiro discutiria antes o assunto com a comunidade; depois, não permaneceria no cargo. A aposentadoria é um direito, qualquer um pode e deve usá-lo, principalmente agora, com essa ameaça da reforma previdenciária. Querer permanecer no cargo, porém, aí é outra história. Particularmente, sou contra e expressei isso numa reunião que tivemos com os reitores, quando falei da minha indignação com o fato. Aliás, somente dois diretores, eu e o diretor do campus de Areia, professor Alberício, é que tivemos essa posição. A atitude do reitor gerou uma séria crise na Universidade. Eu mesmo cheguei a duvidar da palavra de dois pró-reitores a quem consultei e que me disseram que não sabiam de nada. Achei que estavam mentindo, que estavam orquestrados, quando realmente eles ignoravam o assunto. Outro problema é que está havendo uma corrida à aposentadoria. O reitor se aposentou baseado num parecer, mas parecer não tem força de lei. E aí você pode dizer que já houve jurisprudência, pois outros reitores se aposentaram, mas nesse caso trata-se de um dirigente eleito com uma prerrogativa, membro de uma seção sindical da qual participou como assessor e presidente, e que depois toma uma atitude dessas, que fere a Associação dos Docentes, cujos associados não vêem com bons olhos essa atitude. Ele agiu de forma isolada e diz que não vai recuar, por problemas pessoais, e a gente fica com esse problema por mais um ano e meio, até terminar o mandato. O ataque que ele fez à ADUF quando o sindicato trouxe o assunto à tona, é o que se diz no xadrez, quando se está acuado: atacar para se defender. Ele não tinha argumentos, então, tinha que atacar. O nosso conselho de centro aprovou por unanimidade uma carta aberta apresentada pelo professor Rubens Freire, mostrando a posição do CCEN sobre o assunto, e embora eu tenha levado o documento em mãos ao gabinete, e só tenha me retirado de lá quando o chefe de gabinete entrou na sala do reitor, quando levei a carta ao Consuni ele disse que não havia lido. Mas aí não dá mais para confiar. Eu creio que ele leu. Não quis polemizar, pois não era meu objetivo. Ninguém quis se pronunciar, nem o DCE, que estava lá, nem nenhum diretor. Mas a minha posição é essa: sou contra e fiquei indignado, como muitas outras pessoas.



'Ele deve refletir sobre sua decisão'

Orlando Vilar (CT)

Essa questão do voto dos aposentados é uma questão polêmica, e que inclusive foi aprovada por um voto de Minerva do professor Ne-roaldo Pontes, então reitor. Houve empate e o voto do reitor é que negou o voto ao aposentado. Por aí dá para se sentir quão polêmico é o assunto.

Há correntes que acham que o aposentado perdeu o direito porque deixou de ter vínculo com a Universidade, e há correntes que acham que toda a história da Universidade passa pelas pessoas que construíram essa história, e que, portanto, teriam o direito a dar uma opinião mais imparcial sobre a sucessão de reitor. Eu não tenho nada a opor ao voto do aposentado, mas acho que nesse caso específico - devido à complexidade do tema - deveria ser feito um plebiscito na Universidade, consultar a comunidade universitária.

Sobre a questão da aposentadoria do professor Jader acho que tomou uma dimensão ampla em função do momento que vive a Universidade e pela expectativa de perda de direitos constitucionais, abrindo uma corrida para aposentadorias. O reitor é uma peça importante para tentar amenizar essa problemática, para que não haja uma evasão muito grande de professores.

O professor Jader se baseou num parecer do MEC, de 15.12.99, no qual o então ministro Paulo Renato assegurava aos professores que estivessem em cargos de reitor, vice-reitor, diretor de centro e vice-diretor, o direito de se aposentar e continuar no cargo até se concluir o mandato. Reitores de algumas universidades e diretores de centros, inclusive aqui na UFPB, aposentaram-se e concluíram seus mandatos. Então, até que me provem o contrário, o professor Jader está acobertado legalmente para se manter no cargo.

Quanto à questão de ele ter se achar em condições - ou não - de, mesmo aposentado, continuar administrando a Universidade, acho que isso é uma decisão de foro íntimo, muito pessoal, que ele, sim, é que precisa avaliar, analisar se terá condições de permanecer no cargo com essa nova realidade, ou seja, estar aposentado, não ter mais esse vínculo empregatício.

As questões moral, pessoal, ética, ele tem que refletir, pois está ocupando o cargo e é quem tem que fazer uma reflexão sobre a sua atitude e a repercussão dessa atitude no seu poder de dirigente máximo da Universidade.

Todo dirigente que ocupa cargo, desde reitor, governador ou presidente da República, tem que pensar muito no que vai dizer, no que vai fazer, porque quando se está exercendo um cargo é impossível separar a pessoa física do cargo que se está ocupando, e as pessoas não dissociam uma coisa da outra. Portanto, nessas situações, é preciso pensar o que se vai fazer e o que se vai dizer, porque os atos de quem ocupa cargos transcendem o pessoal, passam a ter uma dimensão institucional. Não acho que seja necessário um plebiscito, nesse caso, pois se é legal a comunidade não pode opinar, é uma questão de foro íntimo, como já disse. Mesmo que houvesse um plebiscito e a maioria dissesse não, o Consuni não poderia tomar qualquer decisão quanto à permanência do reitor no cargo, porque iria ferir a legislação. É direito dele se aposentar, mas quanto a permanecer no cargo é necessária uma reflexão. Quem ocupa um cargo deve honrá-lo e não apenas se honrar.



'Eu não faria o que ele fez'

Yara Mattos Campos (CCHLA)

A minha opinião é de que os aposentados não podem votar, porque não estão mais ligados à vida da Universidade. Para eleger reitor, diretor, chefe de departa-



mento, coordenador de curso, devem votar quem está no exercício cotidiano das funções. O aposentado tem outros interesses, outras perspectivas, os quais têm instâncias que os possam atender, como por exemplo o sindicato, ao qual o aposentado pode continuar ligado, seja professor ou funcionário e dar curso a outras formas de luta. No que diz respeito à aposentadoria do reitor, eu não faria o que ele fez. Desde 1998 poderia estar aposentada, já sou isenta do pagamento do INSS, mas não vou me aposentar. E no exercício do cargo não menos ainda. A decisão do reitor pegou todo mundo de surpresa, incluindo os diretores. Quanto à questão jurídica, tudo bem, mas acho que ele não avaliou a dimensão política do ato, prendeu-se apenas ao aspecto legal. No entanto, acho que são coisas diferentes, o fato de ele permanecer no cargo e o voto do aposentado, porque ele, como aposentado, não poderá votar na próxima eleição, e quando foi eleito não era aposentado. Não tenho nenhuma bagagem jurídica para julgar o ato. O que sei é que ele está embasado num parecer do MEC. No mais, é uma decisão pessoal, como ele bem frisou. Outros reitores também o fizeram, com base nesse parecer.

'Um ato individualista que causou surpresa'

José Décio de Almeida Leite (CCSA)

Eu considero que mesmo estando aposentados muitos professores continuam em atividades de pesquisa e mesmo, algumas vezes, de ensino, como professores voluntários, dentro da Universidade. Assim, aqueles que



demonstram de certa forma ainda estarem vinculados à Universidade têm o direito também de participar das decisões. Quanto à aposentadoria do reitor Jader Nunes eu não tenho a formação jurídica para dizer da legalidade do seu ato. Pelos documentos que ele mostrou aos diretores de centro, é perfeitamente legal. Mas eu estranhei o ato - e disse isso ao próprio reitor - sob o ponto de vista da própria política universitária. Como fato político, achei que foi um erro político do reitor, e ele próprio, na reunião que teve conosco, de certa forma reconheceu que a sua atitude teve uma certa ressonância no seio da Universidade. Nessa reunião eu relatei a minha estranheza, por considerar que no mínimo nós mereceríamos que ele nos informasse que estava propenso a tomar essa decisão e que nos ouvisse, ou ao menos nos comunicasse, mas o que eu mais estranhei foi a comunidade universitária ser tomada de surpresa com um ato que eu entendi individualista e com as consequências políticas que ele está tendo que enfrentar. Acho que o magnífico reitor deverá dar uma satisfação à ADUF, a associação a que ele pertence, e uma satisfação política. Aliás, não sei por que não o fez até agora. Mas não posso garantir se ele o fará, pois como foi um ato individual, o qual, segundo ele nos falou na reunião, não foi comunicado nem aos diretores de centro nem à sua própria equipe de trabalho, que foi tomada de surpresa.

'Não vejo complicação na aposentadoria'

Anedite Almeida de Freitas (CE)

'Sou favorável ao voto dos aposentados. Acho que o professor, mesmo aposentado, nunca abandona a discussão, está sempre sabendo o que



está acontecendo na Universidade, e eu acho que o aposentado é capaz de saber votar, de saber escolher. No que diz respeito à aposentadoria do reitor, eu não vejo nenhuma complicação a mais em ele ter se aposentado. Até porque ele é uma pessoa que tem muito compromisso com a instituição, e eu tenho certeza de que esse compromisso ele não vai arrear pé, vai continuar muito empenhado em trabalhar pela Universidade, pois ele é muito empenhado, muito dedicado, muito interessado pelos assuntos que dizem respeito à Universidade, e tenho certeza de que a aposentadoria não vai fazer diferença. Não vejo incoerência entre ele ter aprovado a resolução que impede o voto do aposentado e continuar no cargo depois que se aposentou, porque ele já está no final do mandato, não se aposentou para ser candidato, mas por uma questão pessoal, por uma necessidade pessoal, como ele mesmo disse. Juridicamente a gente sabe que ele está amparado. Não vejo nenhuma incoerência aí, a menos que ele quisesse se candidatar outra vez, mas também isso só seria possível se fosse derrubada a resolução.

'Foi um pequeno deslize. Ele devia repensar'

Alberício Pereira de Andrade (Campus de Areia)

Considero que deve haver um plebiscito na Universidade para decidir se o aposentado pode ou não votar. Do ponto de vista prático, acho que como o aposentado continua na folha de pagamento da instituição, continua com um vínculo, então, deve votar. Do ponto de vista acadêmico, não. No que diz respeito ao caso do reitor, ele agiu embasado legalmente, como outros reitores o fizeram. Mas acontece que a nossa Universidade tem uma característica de tradição com eleição democrática, em que é respeitada a vontade da maioria. Ao meu ver, eticamente ele teria que repensar sua atitude, pois se trata mais de uma questão ética do que legal, não há o que contestar. Eticamente, ele tinha que levar em conta a questão do companheirismo, da lealdade com os colegas, e não se ater ao argumento de questão pessoal. Sei, todavia, que se trata de uma pessoa íntegra, correta, que apenas cometeu um pequeno deslize, e que está arcando com as consequências pessoais. Administrativamente e legalmente, nada muda.

'Respeito a posição dele, mas não o faria na mesma situação'

Zoraide Margaret Bezerra Lins (CCS)

O voto do aposentado é uma matéria que devia ser revista, reapreciada com mais amadurecimento. Talvez na época o assunto não tenha sido suficientemente explicitado, e por isso acho que deve ser revisto. Quanto à aposentadoria do reitor, vejo como um direito legal, uma questão pessoal e a maneira que cada um tem de exercer o cargo. Respeito a posição dele, mas não faria o mesmo na mesma situação. Embora sendo um ato legal, algumas pessoas não compreenderam. Em geral as pessoas olham muito para o líder, e costumam segui-lo. Acho que eticamente ele não foi incorreto, até porque tem tido atitudes de muito compromisso com os seus liderados, e creio que continuará cumprindo seu trabalho com a mesma eficiência e com o mesmo compromisso que sempre teve.



Prestação de contas de 20 de janeiro a 31 de março de 2003

Mais um compromisso da Diretoria está sendo cumprido: a divulgação da prestação de contas trimestral, para que o associado possa acompanhar como está sendo aplica-

da a sua contribuição mensal.

Esse procedimento será uma constante a cada trimestre, tanto na forma impressa como na nossa home-page.

1 - PATRIMÔNIO SOCIAL	
RESERVAS DE SOBRAS ACUMULADAS	632.070,60
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO DO ATIVO PERMANENTE	71.291,85
TOTAL	703.362,45
2 - RECEITAS	
CONTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS	148.664,12
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	4.291,84
RECEITA MAQUINA COPIADORA	4.123,00
RECUPERAÇÃO DE RECEITAS/DIVERSAS	200,00
	-
TOTAL	157.278,96
3 - OBRIGAÇÕES	
SOCIAIS	13.340,56
TRIBUTÁRIAS	671,69
OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.476,00
	-
TOTAL	22.488,25
4 - DESPESAS	
ADMINISTRATIVAS	35.739,23
COM PESSOAL	56.055,61
FINANCEIRAS	928,75
REPASSES ESTATUTÁRIOS	47.772,54
SEDE SÓCIO CULTURAL	7.765,60
COM EVENTOS (PALESTRAS, SEMINÁRIOS)	6.583,86
DIVULGAÇÃO / IMPRENSA	5.449,94
XXIII CONGRESSO ANDES	27.696,00
	-
TOTAL	187.991,53
5 - PERMANENTE	
INVESTIMENTOS (AÇÕES TELEBRAS)	5.346,45
IMOBILIZADO	542.570,53
REFORMAS (TETO, BANHEIROS ETC)	30.356,49
DEPRECIÇÃO ACUMULADA	(67.259,47)
TOTAL	511.014,00
SALDO (1+2+3) - (4+5)	184.124,13
DETALHAMENTO DO SALDO	
A - DISPONIBILIDADES	
EM CAIXA	50,20
EM BANCOS	7.322,73
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	162.462,23
SUB - TOTAL	169.835,16
B - CONTAS A RECEBER	
EMPRESTIMOS PROFESSORES	300,00
ADIANTAMENTOS SALARIAIS	5.636,24
VALORES A RECUPERAR	8.352,73
SUB - TOTAL	14.288,97
TOTAL	184.124,13

Fonte: Marcelo Barbosa (Contador da ADUFPB - CRC/PB nº 004136/0-5)

ADUFPB contesta na Justiça ação de advogados

A Diretoria da ADUFPB vem enfrentando uma verdadeira batalha judicial para não ter que pagar uma condenação arbitrada pela Justiça em R\$ 259.624,28, correspondente a uma ação trabalhista reclamada pelos advogados Pedro Reginaldo Gomes, Antonio Barbosa Filho e Maria Aires Teixeira, que prestaram serviços à ADUF no período de 7 de janeiro de 1991 a 11 de setembro do mesmo ano, durante a gestão *Consolidando, resistindo, avançando*.

Os advogados tinham um contrato com a seção sindical para reivindicar na justiça o direito dos professores aos 84,32% (Plano Collor) que lhes eram devidos pelo governo, e deveriam receber pelo serviço um percentual sobre o valor bruto percebido por cada docente. Mas antes que a ação fosse concluída a diretoria de então achou por bem rescindir o contrato.

Os advogados, então, decidiram dar entrada, em 17 de dezembro de 1993,

A PERITA DO JUÍZO SUGERIU QUE
A CONDENAÇÃO FOSSE FIXADA EM

R\$ 259.624,28

já na gestão *Organizar e avançar pela base*, a uma ação sumaríssima de cobrança de honorários advocatícios, reivindicando um percentual de 50% sobre os valores que a ADUFPB viesse a receber quando da implantação dos 84,32%.

Embora a ação tenha sido julgada improcedente em primeira instância, a sentença foi anulada pelo Tribunal de Justiça, que ao reexaminá-la julgou-a procedente e condenou a ADUF a pagar honorários que deveriam ser arbitrados pelo Juízo.

Na fase final de liquidação foi procedida uma perícia para apurar o valor que havia sido descontado dos associados à época, e o resultado foi um mon-

tante de R\$ 519.248,55, atualizado até setembro de 1998.

A perita do Juízo sugeriu que a condenação fosse fixada em R\$ 259.624,28, equivalentes a 50% do valor total, o que foi acatado pelo Juízo de 1º Grau. O Juiz que julgou a causa não levou em conta que a ação dos 84,32% havia sido julgada improcedente por decisão do Tribunal Superior do Trabalho em ação rescisória, e que o valor recebido pelos professores decorreu de mandado de segurança impetrado à época pelos advogados Arnaldo Ferreira Alves e José Mário Porto Júnior, sem o concurso, portanto, dos serviços dos advogados que entraram na Justiça contra a ADUFPB.

A ADUFPB entrou com uma interposição de apelação no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba e o processo foi distribuído para o Desembargador Genésio Gomes Pereira Filho, a quem cabe agora julgar o mérito da questão.

ESTACIONAMENTO DA CAIXA ECONÔMICA

UFPB espera por empresa para urbanizar Decom

Decorrido um ano e três meses da mudança da agência da Caixa Econômica para o novo prédio a área destinada ao estacionamento de veículos e à circulação de pedestres ainda continua sem qualquer beneficiamento (foto), embora existisse um acordo entre a instituição de crédito e a UFPB para que a primeira se incumbisse de fazer a urbanização.

A prefeitura universitária, mais precisamente o prefeito, professor José Estevam de Medeiros Filho, afirma que o projeto esbarrou agora na instalação de uma antena de telefonia celular pela empresa TIM, que embora já ocupando um espaço dentro do campus com um desses equipamentos solicitou a instalação de outra antena, comprometendo-se a também participar da obra de urbanização da área, que fica próxima ao Departamento de Comunicação Social (Decom). Segundo o prefeito, o projeto consta de jardim, estacionamento e expansão do Decom, por sinal um dos departamentos mais penalizados de todo o campus.

Solange Carvalho, uma das gerentes da agência da CEF, disse que o projeto inicial da Caixa não foi executado por-



que a UFPB pediu para suspender a execução a fim de adequá-lo às normas arquitetônicas da instituição. Embora ressalvando que todos os pontos vêm sendo discutidos de comum acordo entre as duas partes, Solange considera que "as coisas estão andando muito devagar", e que só não tem havido mais transtornos para os clientes, ba parte dos quais professores, porque a CEF aterrou com brita parte da área mais próxima do prédio.

A agência da Caixa funcionou por mais de 20 anos no Centro de Vivência, onde hoje está instalada a Casa do Livro (Editora Universitária), transferindo-se para o prédio atual no início do ano passado. De acordo com o prefeito, a mudança da Caixa se deu como parte da política da prefeitura universitária de transferir as agências bancárias para setores periféricos do campus, mas a instituição bancária acabou ficando muito próxima de uma unidade acadêmica, no caso, o Decom, o que causa alguns transtornos as professores, funcionários e alunos, que têm que disputar espaço com quem vai à agência e precisa estacionar o carro nos arredores do departamento

Violência banalizada

Ocorrências policiais são encaradas como normais pela prefeitura da UFPB

A banalização da violência tem provocado um efeito narcotizante em dirigentes e responsáveis pela segurança. Esta pelo menos é a constatação a que se pode chegar quando se percebe que os últimos roubos e furtos ocorridos na UFPB vêm sendo observados como normais, enquanto o número de pessoal de vigilância é cada vez mais reduzido.

Para o prefeito universitário, José Estevam Medeiros, por exemplo, são normais as ocorrências registradas no Campus de João Pessoa desde que foram dispensados mais de 70 por cento dos vigilantes que faziam a segurança interna.

Relatório apresentado pela Coordenação de Segurança mostra que no período de 2 de janeiro a 10 de março foram registradas pelo menos 16 ocorrências: um arrombamento da cerca próxima à antena da TIM, uma tentativa de assalto, frustrada, próximo à Guarita II, furto de disco rígido e de diversos equipamentos da creche, depredação das janelas da Guarita II, prisão de pessoa embriagada no CT, arrombamento de livraria no CCS, tentativa de arrombamento no LTF, arrombamento do mesmo LTF, sem furto, arrombamento de cerca no LTF, com arrombamento do laboratório e furto de produtos químicos, prisão de pessoa portando drogas na parada de ônibus do CCEN, furto de pasta com livros no corredor do CCS, furto de carteira de professor no Departamento de Música, arrombamento e roubo de equipamentos no Sintesp, arrombamento de janela no CCEN e as-



COINCIDÊNCIA OU NECESSIDADE?

Um posto da Polícia Militar que havia sido construído pela UFPB em 1994, na área externa do campus, e que funcionou durante apenas seis meses, foi reativado recentemente, a pedido da PM, mas não para uso exclusivo da Universidade. Os policiais se revezarão em turno e prestarão serviços à comunidade universitária e às comunidades adjacentes.

O prefeito José Estevam garante

que a reativação do posto nada tem a ver com a redução do efetivo de vigilantes. Segundo ele, a UFPB está cedendo a área ao Estado em troca dos serviços dos militares porque é fundamental ter segurança externa no campus.

Pode ser uma mera coincidência, mas há quem acredite que a instalação do posto policial está associada, sim, ao fato de ter sido reduzido o número de vigias.

salto ao posto de venda de cartão telefônico no Centro de Vivência.

Até 31 de dezembro a UFPB tinha 140 vigilantes contratados e 40 do quadro. Com o desmembramento da UFCG os contratos terceirizados foram encerrados e um contrato emergencial provisório foi assinado, com validade até 30 de junho próximo. Dos 140 vigilantes ficaram apenas 44 para garantir a segurança interna do campus. Estevam explicou que o custo com vigilância, que totalizava R\$ 118.254,30, foi reduzido para R\$ 45.978,00.

Um projeto para instalação de vigilância eletrônica está em andamento, mas segundo o prefeito não houve consenso ainda sobre que equipamento comprar. Ele acredita que até junho, quando deve ser assinado um contrato com a empresa de vigilância que ganhar a licitação para execução do serviço, o novo sistema já esteja funcionando. Por enquanto, o que se vê são homens pilotando motocicletas cruzando o campus numa tentativa de impedir que ocorrências sejam registradas.

adufinforma
REVISTA DE DIVULGAÇÃO DA ADUFPB - ASSOCIADA À CUT

É UM VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO DA ADUFPB/SSIND. DA ANDES - AFILIADA À CUT
 Centro de Vivência da UFPB - Campus I
 Fone: (83) 243-1212/243-1122
 Fax: (83) 224-8375 - Cx. Postal 5001
 CEP 58051-970 - João Pessoa/Paraíba
 Homepage: www.adufbjp.com.br
 E-mail: adufbjp@openline.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA - GESTÃO "ADUF PARATODOS"

Presidente: Iedo Leite Fontes ■ Vice-presidente: Valter Inácio de Paiva ■ Secretária-geral: Silene Costa Maia ■ Tesoureiro: José Ramos do Amaral Filho ■ Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Gomes Golzio ■ Diretora de Política Sindical: Maria Aparecida Tavares Fialho Bezerra ■ Diretora de Política Educacional e Científica: Galdino Toscano de Brito Filho ■ Diretor de Política Social: Homero Catão Maribondo da Trindade ■ Diretor Cultural: Heleodório Honorato dos Santos ■ Diretora de Assuntos de Aposentadoria: Terezinha Diniz ■ Diretora da Secretaria-Adjunta do Campus de Areia: Jesiel Ferreira de Souza ■ Diretora da Secretaria-Adjunta do Campus de Bananeiras: Robson Henriques Sobral ■ Suplente da Secretaria: Severino Francisco de Oliveira ■ Suplente de Tesouraria: Jamilton Alves Farias.

EDIÇÃO

Jornalista Responsável:
 Lourdinha Dantas (DRT-PB 1.119)
 Estagiária:
 Paloma Vieira

Projeto Gráfico:
 (Meios - Comunicação e Design Gráfica)
 Telefax: 83.241-2695 - Cel. 9382-4438
 E-mail: meios@ieg.com.br

Editoração Eletrônica:
 Ricardo Araújo - DRT/PB 631
 (rs.araujo2002@uol.com.br)